



## Relatório INSP-2019-0060

### BI-2019-0024

#### 1 – Dados gerais

##### 1.1 - Inspeção

**Data:** 16-05-2019

**Hora:** 9h50

**Tipo:** Ação direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Paulo M. Pires

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

##### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções dirigida a operadores de gestão de resíduos.

Para além da atividade de operador de gestão de resíduos são realizadas no estabelecimentos outras atividades ligadas ao setor da construção (fabrico de blocos, betão e betuminoso), as quais não foram abrangidas pela inspeção.

Foi contactado no local o responsável do estabelecimento bem como pessoal administrativo e operativo relacionado com a gestão de resíduos, os quais prestaram os esclarecimentos solicitados e acompanharam a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

##### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Fábrica de Blocos Teodoro, Lda

**NIPC/NIF:** 512092958

**Sede/morada:** Canaviais, s/n

**Código Postal:** 9580-306

**Freguesia:** São Pedro

**Concelho:** Vila do Porto

**Ilha:** Santa Maria

##### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Fábrica de Blocos Teodoro, Lda – Operador de Gestão de Resíduos

**Endereço:** Canaviais, s/n

**Código Postal:** 9580-306

**Freguesia:** São Pedro

**Concelho:** Vila do Porto

**Ilha:** Santa Maria

**Atividade principal:** 42990 - Construção de outras obras de engenharia civil, n. e.

**Outras atividades:** 38212 – Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos

**Período de funcionamento:** Das 8h00 às 18h00

**Licenciamento da atividade:** Alvará de licença para realização de operações de gestão de resíduos n.º 14/DRA/2017 (renovação do alvará n.º 20/DRA/2012), válido até 13/11/2022



Coordenadas: 26S 667081.00 m E; 4093041.00 m N



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado (adaptado de Google Earth).

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A empresa Fábrica de Blocos Teodoro, Lda, possui alvará de empreiteiro de obras públicas e particulares e desenvolve a sua principal atividade na área da construção. Possui também atividade industrial neste setor, nomeadamente fabrico de blocos, vigas, betão pronto e pavimento betuminoso.

Desde 2012 possui alvará de operador de gestão de resíduos, com instalações no mesmo local da sede. À data da inspeção ainda não tinha construído quaisquer instalações específicas para a atividade de gestão de resíduos. A atividade era desenvolvida numa parte do terreno disponível naquele local, mas sem qualquer delimitação em relação às restantes atividades.

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias		
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Centrais de betão e de betuminoso		

No âmbito da atividade de gestão de resíduos não está prevista a produção de águas residuais.

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☐ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Habitualmente a entrega dos resíduos na instalação é precedida de emissão de e-GAR por parte do detentor e respetiva validação. Pontualmente pode acontecer o caso de um detentor comparecer no estabelecimento para entregar resíduos sem que possua GAR. Neste caso é emitida a e-GAR no momento. Caso a caso é efetuada a verificação dos resíduos existentes no veículo de transporte.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos			
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Resíduos do capítulo 17 da LER (RCD), subcapítulos 1701, 1703, 1704 e 1705: 74,31 t (SRIR 2018)	R12 R13	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Resíduos do capítulo 20: 1,6 t (SRIR 2018)	R13	Metais e solos

Resíduos recebidos indevidamente:

- Verificou-se a existência de diversos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (frigoríficos e arcas frigoríficas – LER 160211\* ou 200123\*, outros REEE) na instalação, relativamente aos quais o operador não possui licença para a respetiva gestão.
- Verificou-se a existência de 4 veículos em fim de vida (LER 160104\*) na instalação, relativamente aos quais o operador não possui licença para a respetiva gestão.

Alertado o operador para o facto de não possuir autorização para a gestão daqueles resíduos, procedeu ao encaminhamento dos mesmos para operador licenciado (CPR – Resiaçores) no dia 22-05-2019, conforme comprovou através do envio das respetivas e-GAR. Quer em relação aos REEE quer aos VFV, não foram detetados indícios de que tivesse havido desmantelamento dos mesmos.

#### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
De acordo com o mapa SIRIR de 2018 a quase totalidade dos resíduos recebidos foram provenientes de empresas de construção a operar na ilha de Santa Maria.	Resíduos metálicos, betão, misturas contendo betão e outros resíduos de obras, terra e pedras



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade (mapa SRIR 2018)

LER	Designação	Quantidade	Destino
191203	Metais não ferrosos	0,32	Recyclapico
191202	Metais Ferrosos	77,24	Ambigroup Batistas Recyclapico

#### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

##### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Triagem de misturas de RCD para valorização das diferentes tipologias.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	As diferentes tipologias de resíduos recebidas são encaminhadas para operadores licenciados ou, no caso dos inertes de RCD, são valorizados pelo próprio
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Armazenamento não conforme com as condições da licença
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	A maior parte dos resíduos recebidos encontram-se ainda armazenados.
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	No mapa SRIR de 2018 constavam valores anormalmente elevados (da ordem de milhares de toneladas) relativamente a algumas tipologias de resíduos recebidas. Alertado para esse facto no decorrer da inspeção, o operador contactou entretanto a DRA e procedeu à correção dos valores.
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DL 67/2014	Não aplicável	
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

**5.2.2 –** Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Existência de estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR a), n.º 4	Cumprido	Portão de acesso ao estabelecimento junto à via pública.
b) Disponibilizado painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR b), n.º 4	Não cumprido	Não possuía painel informativo afixado.
c) As áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR c), n.º 4	Não cumprido	Não existia delimitação entre as áreas de gestão de resíduos e as áreas afetas às restantes atividades do estabelecimento.
d) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente estão delimitadas e identificadas	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR d), n.º 4	Não cumprido	Não existia delimitação e a identificação era insuficiente.
e) Está disponível um sistema de pesagem para quantificar e registar os resíduos admitidos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR e), n.º 4	Não cumprido	Não possuía sistema de pesagem. Quando necessário recorria à báscula existente nas instalações do Centro de Processamento de Resíduos.
f) Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR f), n.º 4	Cumprido parcialmente	Estavam implementadas práticas de controlo e de registo de resíduos, embora não existissem procedimentos escritos. Contudo, as práticas de controlo implementadas mostraram-se inadequadas uma vez que o operador tinha recebido tipologias de resíduos para as quais não possuía autorização, designadamente resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (LER 160211* e LER 160214) e veículos em fim de vida (LER 160104*).
g) As instalações possuem uma estrutura compartimentada composta por 5 células e 6 compartimento, pavimentada e impermeabilizada, dotada de toldo amovível para cobertura dos resíduos e vala de drenagem com grelha metálica	Alvará OGR, n.º 3	Não cumprido	Os resíduos eram armazenados diretamente sobre o solo, sem qualquer compartimentação. À medida que eram processados eram armazenados nos contentores de transporte.
h) A área destinada à armazenagem de resíduos inertes encontra-se delimitada com rede e estacas.	Alvará OGR, n.º 3	Não cumprido	Não existia delimitação da zona destinada ao armazenamento dos resíduos inertes.

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	---

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

## 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
---			

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	---	
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	---	
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	---	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	---	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
---			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	---	
3 ≤ Carga < 30	---	
30 ≤ Carga < 300	---	
Carga ≥ 300	---	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Habitacões	Zona mista	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A		Não foi realizada avaliação acústica.
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A		Não foi realizada avaliação acústica.

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não cumprido	Não evidenciou ter implementado um plano de controlo de roedores.

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

##### 2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Não cumprido	Não evidenciou ter constituído uma garantia financeira relativa à responsabilidade ambiental.

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- A não implementação de um plano de controlo de roedores na área afeta à instalação de gestão de resíduos, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria, n.º 32/2015, de 13 de março, o que constitui contraordenação punível com coima de €3750 a €10 000 (pessoa coletiva), nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro;
- A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de operador de gestão de resíduos, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, o que constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, punível com coima de €24 000 a €5 000 000, nos termos da alínea b), n.º 4, artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;
- Incumprimento dos termos e condições constantes do título de operador de gestão de resíduos, constantes do alvará 14/DRA/2017, e previstos no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, o que constitui contraordenação grave nos termos da alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível com coima de €12 000 a €216 000, nos termos da alínea b), n.º 3, artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual, designadamente:



- a. Inexistência de um painel informativo à entrada da instalação, conforme previsto na alínea a) da cláusula 4 do alvará;
  - b. Inexistência de uma estrutura compartimentada composta por 5 células e 6 compartimento, pavimentada e impermeabilizada, dotada de toldo amovível para cobertura dos resíduos e vala de drenagem com grelha metálica, conforme previsto na cláusula 3 do alvará;
  - c. Inexistência de delimitação entre a área afeta à gestão de resíduos e as áreas das restantes atividades do estabelecimento bem como deficiente sinalização e identificação das áreas de gestão, por tipologia ou fluxo de resíduo, conforme previsto na cláusula 3 e nas alíneas c) e d) da cláusula 4 do alvará;
  - d. Inexistência de um sistema de pesagem para quantificar e registar os resíduos admitidos, conforme previsto na alínea e) da cláusula 3 do alvará.
  - e. Deficiente aplicação do procedimento de controlo de resíduos, previsto na alínea f) da cláusula 4 do alvará, evidenciado pelo facto do operador ter recebido no estabelecimento uma quantidade significativa de resíduos para os quais não possui autorização (veículos em fim de vida e resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos).
- d) Preenchimento incorreto do mapa de registo no SRIR, relativo ao ano de 2018, com a introdução de valores errados nalgumas tipologias de resíduos recebidos, o que constitui contraordenação leve nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível com coima de €2000 a €36 000 nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual.

## **11 – Indicações e medidas adotadas**

Na sequência das indicações transmitidas no decurso da inspeção o operador procedeu à regularização da infração mencionada na alínea d) do n.º anterior, em articulação com a Direção Regional do Ambiente. Procedeu também ao encaminhamento dos resíduos indevidamente recebidos – veículos em fim de vida e resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos – para operador de gestão de resíduos licenciado.

Relativamente às restantes infrações notificou-se o operador para proceder à regularização das mesmas nos seguintes prazos:

1. Proceder, no prazo de 45 dias úteis, à implementação de um plano de controlo de roedores conforme estabelecido no artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, obedecendo aos requisitos técnicos estabelecidos na Portaria n.º 32/2015;
2. Proceder, no prazo de 45 dias úteis, à constituição de uma garantia financeira própria e autónoma, que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de operador de gestão de resíduos por si



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

---

desenvolvida, nos termos previstos no artigo 22.º do Decreto Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na redação atual. A garantia financeira pode constituir-se através da subscrição de apólices de seguro, da obtenção de garantias bancárias, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito.

3. Implementar, no prazo de 6 meses, as condições constantes das cláusulas 3 e 4 do alvará 14/DRA/2017, que se verificou estarem em falta na presente inspeção.

Ponta Delgada, 3 de junho de 2019

O Inspetor Superior Principal

(Paulo Martinho Pires)